

O PROFESSOR E O DESAFIO DA INCLUSÃO

Fernanda Scorzoni **DALTO**¹

Eva Sandra Monteiro **CIPOLA**²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre a inclusão e o professor, tendo como objetivo abordar os desafios para a efetivação de uma escola inclusiva, mostrando o professor como principal mediador no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos. Sendo que a inclusão educacional de pessoas com deficiência é algo relativamente novo, tanto em nossas leis quanto em nossas práticas; faz-se necessário uma reflexão com o intuito de entendermos quais são as dificuldades para que esse processo de inclusão seja de forma concreta; uma realidade em nossas escolas, e por consequência em nossa sociedade, principalmente, no que diz respeito à prática do professor na escola inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Educação. Inclusão. Qualidade. Sociedade.

ABSTRACT

This work presents a bibliographical research on inclusion and the teacher, having as objective to address the challenges for the realization of an inclusive school, showing the teacher as the main mediator in the process of teaching and learning of all students. Being that the educational inclusion of people with disabilities is something relatively new, both in our laws and in our practices, it is necessary to have a reflection in order to understand what are the difficulties to which this process of inclusion is in a concrete manner; a reality in our schools, and consequently in our society, especially as regards the practice of the teacher in inclusive school.

Keywords: Teaching. Education. Inclusion. Quality. Society.

¹ Graduada em Direito, cursando Pedagogia, Especialização em Educação Especial e Inclusiva pela Centro Educacional Dr. Edmundo Ulson - UNAR, Araras, São Paulo, Brasil. E-mail da autora:fernandascorzoni@gmail.com

² Coordenadora e orientadora dos cursos de Pós Graduação e MBA do UNAR . e-mail: eva.cipola@unar.edu.br

Recebido em: 30/06/2018 - Aceito para publicação em: 12/10/2018

INTRODUÇÃO

A educação em sua instituição principal, a escola, é direito de todos e dever de nosso estado, sendo essencial para a evolução de uma sociedade e construção de cidadãos ativos, e contamos com o respaldo da Constituição; que é o conjunto de leis que regulam um país, a vigente em nosso país é do ano de 1988, que foi construída com alguma participação popular, com o objetivo de democratizar nossas leis, adicionando direitos considerados fundamentais à população nos mais diversos âmbitos: saúde, trabalho, educação, segurança, entre outros (SIÉCOLA, 2016).

No seu artigo 3º, inciso IV, a Constituição estabelece que é dever do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No artigo 205 da mesma, a educação é estabelecida como direito de todos, para que possam desenvolver a cidadania e qualificar para o mercado de trabalho. Já no artigo 206, inciso I é assegurada a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” sendo dever do Estado garantir a todos os alunos com deficiência o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, conforme o artigo 208º (BRASIL, 1988):

Os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando no imaginário coletivo, a posição de alvos de caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas na aprendizagem. (BRASIL, 2001, p.19)

A educação, como podemos observar, é um âmbito que já tem estabelecido em nossa lei maior, a importância que esta merece na formação de cidadãos conscientes, críticos, plenos em sua cidadania, e que esse direito, hoje, se estende às pessoas com deficiência, garantindo que esses não sofram nenhum tipo de discriminação.

A adoção do conceito de necessidades educacionais especiais e do horizonte da educação inclusiva implica mudanças significativas. Em vez de se pensar no aluno como a origem do problema, exigindo-se dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender com os demais, coloca-se para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos. (BRASIL, 2001, p.6)

Em vista da nova formação que estamos tendo de nos adequar, de se conceber escola como inclusiva, é a escola como um todo que deve se adequar para receber toda a diversidade de alunos, por isso esse assunto muitas vezes é descartado, porque estamos tratando de reformular todo o ambiente escolar, com o objetivo de reduzir a evasão escolar e a repetência, e ao mesmo tempo participar da construção de uma sociedade que respeite as diferenças.

Como vimos, a escola inclusiva, com certeza, serve como um instrumento para o desenvolvimento social, cultural, econômico e político da sociedade, e para isso ela deve ser uma realidade em todas as escolas, sejam públicas ou privadas, em todos os níveis de ensino, com a qualidade que todos merecem, e, em se tratando de diversidade e especificamente de pessoas com deficiência podemos relatar todas as questões arquitetônicas, de acessibilidade, pedagógicas, a tecnologia assistiva, entre outras.

Concebendo o professor como mediador do conhecimento com o objetivo a formação do sujeito para a sociedade, esse estudo pretende refletir sobre a pessoa com deficiência e o professor da sala regular de ensino, suas dificuldades e desafios, a fim de servir como instrumento reflexivo e positivo para os educadores.

O DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL

Faz-se interessante e indispensável, abordarmos brevemente a postura da sociedade no decorrer das décadas, referente ao cidadão portador de necessidades especiais, em pormenores, entenderemos as bases e as necessidades de se ter um conceito chamado Inclusão Social.

De acordo com a autora Miranda (2003):

Durante a maior parte da História da Humanidade, o deficiente foi vítima de segregação, pois a ênfase era na sua incapacidade e anormalidade.(...) a Antiguidade, com a eliminação física ou o abandono, passando pela prática caritativa da Idade Média , o que era uma forma de exclusão, ou na Idade Moderna, em que o Humanismo, ao exaltar o valor do homem, tinha uma visão patológica da pessoa que apresentava deficiência , o que trazia como consequência sua separação e menosprezo da sociedade. (MIRANDA, 2003, p.1)

Seguindo uma linha de entendimento mais simples e traçando um perfil cronológico, segundo a autora Miranda (2003), no princípio, havia uma ausência total de atendimento.

Os deficientes eram abandonados , perseguidos e eliminados devidos as suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais.[...] Num outro estágio, nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiências eram segregados e protegidos em instituições residenciais.O terceiro estágio, é marcado, já no final do século XIX e meados do século XX, pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas , visando oferecer à pessoa deficiente uma educação a parte.No quarto estágio, no final do século XX, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência , cujo o objetivo era integrá-los em ambientes escolares , o mais próximo possível daqueles oferecidos a pessoa normal. (MIRANDA, 2003, p.2)

Alguns estudiosos, profissionais da área e autores, foram essenciais para o histórico social da deficiência e sua importância na evolução dos fatos. É através da leitura de *Deficiência mental: da superstição à ciência*, do autor Pessotti (1984), que é possível constatar que mesmo antes da Idade Média, os deficientes em qualquer situação de necessidade especial, eram colocados à margem sociais, até mesmo situados como “sub-humanos”, o que legitimava sua eliminação ou abandono, além do total desprezo (PESSOTTI, 1984).

A partir da introdução dos ideais cristãos, o deficiente ganha alma, o que colaborou para que a perspectiva de cuidado e condições de abandono ou eliminação, fossem desconsideradas até então. Graças a essa doutrina, os deficientes começaram a

escapar do abandono ou da “exposição”, uma vez que, donos de uma alma, tornam-se pessoas e filhos de Deus, como os demais seres humanos (PESSOTTI, 1984).

É assim que passam a ser considerados ao longo da Idade Média, “les enfants dubon Dieu”, numa expressão que tanto implica tolerância e a aceitação caritativa quanto encobre a omissão e o desencanto de quem delegava à divindade a responsabilidade de prover e manter suas criaturas deficitárias. (PESSOTTI, 1984, p.6)

Com o passar do tempo e com a evolução desse tipo de pensamento, inicia-se um movimento regulador de condições de sobrevivência das pessoas com necessidades especiais. No século XII, surge a primeira instituição para abrigar deficientes mentais; na Bélgica, no século posterior, surge a primeira legislação sobre os cuidados a tomar com a sobrevivência e, sobretudo, com os bens dos deficientes mentais e como diz Pessotti (1984) “guia para proteger os direitos e as propriedades dos deficientes e para cuidados cotidianos” (PESSOTTI, 1984).

Esse pensamento arcaico, abrange circunstâncias de rotulação aos deficientes como “portador de misteriosos desígnios da divindade”, ou contraditoriamente “um expiador de culpas alheias, apacador da cólera divina” (PESSOTTI, 1984).

Apesar de uma doutrina religiosa, encontramos um pensamento caritativo em torno dos deficientes: como o fator dos cuidados como penitência, um comportamento cristão que leva a crença de “salvação da alma”, o que acaba mascarando a realidade da situação envolvida (PESSOTTI, 1984).

O movimento histórico indica a inquisição católica nos séculos seguintes, o século V via os deficientes como portador de desígnios especiais de Deus ou como presa de entidades malignas, as quais “obviamente” serviria através de atos bizarros como o das bruxas, dada a credulidade da população rural e seu fanatismo, não surpreende que dentre as cem mil pessoas queimadas por bruxaria, só na Alemanha do século XVII, estivessem incluídos centenas de dementes ou portadores de necessidades especiais/deficiências (PESSOTTI, 1984).

Consideremos dois indivíduos importantes que influenciaram de forma positiva, o caminho da verdadeira inclusão social:

Paracelso (1493-1541), como era conhecido o médico na época, trouxe para o histórico da deficiência uma visão de tratamento aos portadores de N.E, acreditando que também que mereciam complacência (...) médico e alquimista conseguiu fama e mesmo certa fortuna até que seus rivais lhe arruinassem a vida: foi acusado de ateísmo, mas suas obras mostram claramente o contrário. (PESSOTTI, 1984, p. 27)

Pessotti (1984), ainda destaca o segundo nome importante: "Cardano (1501-1576) era um filósofo e médico, que trouxe a concepção médica ao contexto dos deficientes", sendo assim, com a influência desses dois nomes, a insensatez começa a ceder terreno para o bom senso (PESSOTTI, 1984).

Entre a Revolução Francesa e o século XIX, surge a ideia de capitalismo mercantil e de divisão de trabalho, também nessa época, vem à tona o modelo de deficiência como questão médica e educacional, que encaminha o deficiente para viver em conventos ou hospícios, inclusive com ensino especial, criando o paradigma da institucionalização permanente com o indivíduo.

Nos próximos séculos, é possível constatar uma evolução nas posturas sociais em relação aos deficientes: com o Renascimento, a visão assistencialista cedeu lugar definitivo à postura profissionalizante e integradora das pessoas com necessidades especiais.

O olhar científico que havia naquela época, era dominante, e derrubou o paradigma das pessoas com necessidades especiais, e a busca racional da sua integração se fez por várias leis que passaram a ser promulgadas.

Na Idade Moderna, surgiram vários inventos que se forjaram com o intuito de propiciar meios de trabalho e locomoção para as pessoas portadoras de necessidades especiais, e que necessitam da inclusão na sociedade como: cadeiras de rodas, bengalas, bastões, muletas, coletes, próteses, macas, veículos adaptados, camas móveis, e etc. Nesta mesma época, o Código Braille foi criado por Louis Braille e propiciou a perfeita integração dos deficientes visuais ao mundo da

linguagem de leitura e escrita, contribuindo para a inclusão e participação do mesmo no meio em que está inserido.

A partir da Revolução Industrial, quando as guerras, as epidemias e anomalias genéticas deixaram de serem as únicas causas das deficiências, e o trabalho em condições precárias passou a ocasionar acidentes mutiladores e doenças, que se fez necessária a criação do Direito do Trabalho e um sistema eficiente de Seguridade Social, com atividades assistenciais, previdenciárias e de atendimento à saúde, bem como a reabilitação dos acidentados.

Todos esses acontecimentos, apesar da lentidão, contribuíram para a metamorfose do entendimento e tratamento referente à inclusão social, e aos dependentes dela. Observa-se que um longo caminho foi traçado em prol de pequenas mudanças e que embora esteja apenas no começo, já beneficiaram muitos, e mesmo assim, este estudo é importante, pois ainda há muito o que fazer para uma inclusão social, completa e de qualidade, na escola.

A Inclusão Social no Brasil

De acordo com as leituras e pesquisas realizadas, podemos partir diante da ideia de que o marco histórico para a educação especial no nosso país, foi a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e assim por diante, outras instituições foram destinadas aos cuidados e educação dos portadores de necessidades especiais; e outro marco Segundo Jannuzzi (1992) e Mazzotta (2005), em 1874, foi criado o Hospital Juliano Moreira, na Bahia, com o objetivo de iniciar a assistência médica aos indivíduos com deficiência (MIRANDA, 2003).

Em 1887, temos a criação da “Escola México”, no Rio de Janeiro, com a função de atender pessoas com deficiências físicas e intelectuais. Essa mudança de pensamento passa a considerar o modelo de inclusão social da escola, com bases socio-construtivistas, modelo que defende a ideia que o aluno com necessidades especiais tem direito de participar e de ser considerado como membro legítimo e ativo da sua comunidade, e que pode sim, colaborar com a mesma de forma positiva (MIRANDA, 2003).

Nos arredores, segundo Sasaki (1997), a semente da inclusão social foi plantada pela Disabled People Internacional (DPI), uma organização não governamental criada por líderes deficientes, posteriormente, esse novo paradigma começa a ser disseminado a partir da Assembléia Mundial, realizada em Junho de (1994), na cidade de Salamanca, Espanha, quando 92 países e 25 organizações internacionais se reuniram para discutir o processo de inclusão escolar. O encontro em Salamanca vem corroborar com a declaração dos Direitos Humanos, de 1948, onde se reafirma o direito de todas as pessoas à educação. Nesse encontro, foi realizado um complexo documento sobre a inclusão social na educação, a redação deixava claro que a inclusão é um direito a todas as pessoas que tenham necessidades educativas especiais, seja em caráter temporário, intermitente ou permanente (WERNECK, 2000, p. 49).

Em complemento, a partir da Declaração de Salamanca (1994) fica acordado que os indivíduos com deficiência devem fazer parte das escolas regulares de ensino, estas por sua vez, devem modificar seu funcionamento para incluir todos os educandos com necessidades especiais ou não, de uma forma que contribua para uma aprendizagem completa, de todos os envolvidos.

A Declaração de Salamanca (1994) caracteriza a inserção dos indivíduos com necessidades especiais, com uma política de justiça social, conforme explicita:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, lingüísticas ou outras. Nesse conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobre dotados, crianças da rua ou que trabalham, crianças de populações remotas, crianças de minoria lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (SALAMANCA, 1994, p.6)

Acompanhando essa trajetória histórica da educação inclusiva, podemos citar outros movimentos em prol da inclusão, como a Declaração de Madri, datada de 23 de março de 2002, essa declaração teve como objetivo a não discriminação e a ação afirmativa da inclusão social, e no mesmo ano, com a mesma força e impacto social, são aprovadas mais duas declarações: a Declaração de Caracas e a Declaração de Sopporo. Todos esses documentos e mobilizações de pessoas com deficiência ou

não, buscam os seus direitos, qualidade de vida, inclusão social e escolar (MANTOAN, 2003).

Ainda, segundo Mantoan (2003):

[...] a inclusão questiona as políticas e a organização da Educação Especial e Regular. Os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis — eles existem de fato, são pessoas que provêm de contextos culturais os mais variados, representam diferentes segmentos sociais, produzem e ampliam conhecimentos e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam. Em resumo: esses grupos de pessoas não são criações da nossa razão, mas existem em lugares e tempos não ficcionais, evoluem, são compostos de seres vivos, encarnados! O aluno abstrato justifica a maneira excludente de a escola tratar as diferenças. Assim é que se estabelecem as categorias de alunos: deficientes, carentes, comportados, inteligentes, hiperativos, agressivos e tantos mais. Por essa classificação é que se perpetuam as injustiças na escola. Por detrás dela é que a escola se protege do aluno, na sua singularidade. (MANTOAN, 2003, p.28)

A escola que é verdadeiramente inclusiva vai procurar valorizar a diversidade existente no aluno inerente de uma forma positiva à comunidade humana, onde ao mesmo tempo, buscam repensar categorias, representações e determinados rótulos que enfatizam os déficits, em detrimento das potencialidades dos alunos.

Para concluir, citamos Goffredo (1999), que acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender a todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, devem manter as suas portas abertas as pessoas com necessidades educativas especiais. (GOFFREDO, 1999, p.31)

Sendo assim, ao pensar na inclusão social na escola, devemos pensar em uma prática de inclusão completa e para todos, independente de sua deficiência/necessidade específica, talento, condição social, econômica ou cultural,

em escolas de ensino regular, onde todas as necessidades dos alunos serão atendidas.

O professor e a Inclusão Social na sala de aula

Referente a formação de professores, é importante salientar que foi a partir da democratização do ensino, nos anos 80 e 90, e com ideais novos, inicia-se uma nova configuração da educação no Brasil, com uma nova organização pedagógica, seguindo um modelo de reestruturação para um mundo globalizado, diante disso:

É amplamente reconhecido que só a existência de professores preparados e comprometidos com a aprendizagem dos alunos pode dar sustentação a médio e longo prazo à reforma da educação básica e abrir caminho para que novas gerações da mesma surjam, a partir da avaliação e ajuste das medidas que estão sendo implementadas agora. Embora todas as políticas que se destinam a prover as condições básicas para o funcionamento da escola sejam importantes, só professores que assumam, na prática, os princípios da reforma poderão garantir o bom uso dos materiais, fazer do desenvolvimento curricular um processo vivo e dar à gestão educacional a dimensão pedagógica da qual ela tanto se ressentia nos dias de hoje. (FILHO, 2000, p.12)

A participação do professor na construção de uma escola inclusiva é fundamental, sendo que para sua atuação:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educativas especiais, aquele que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvido competências básicas para:

- I- perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II- flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento;
- III- avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- IV- atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (BRASIL, 2001, p.31)

Entendemos que, para professores especializados em educação especial, além de possuírem formação em educação infantil e/ou nos primeiros anos do ensino

fundamental, esses devem também possuir pós-graduação em área específica da educação especial/inclusiva:

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas. (BRASIL, 2001, p.32)

Ao aplicar a Inclusão em uma sala de aula, o professor deve se atentar as peculiaridades dos alunos, sejam eles pessoas com deficiência ou não, reconhecendo em todos potencialidades, e detentoras de direitos que lhe garantem o exercício pleno da cidadania, o professor nesse caso, se torna o estimulador, incentivador, um referencial para seus alunos (FUMEGALLI, 2012).

É importante que seja levado em conta que cada pessoa tem o seu tempo e sua forma de aprender, o que pode servir de estímulos para um, pode não ser para outro, desse modo, esse trabalho envolve muito mais do que aplicar métodos, mas sim, a empatia, o cuidado, a compreensão e todos os fatores sensitivos e cognitivos também do profissional, pois em muitos casos: as atitudes vão ser o meio da pessoa se expressar, nem sempre por palavras ou conversa com clareza.

Exige, além do profissionalismo e amor pelo trabalho, o cuidado e a troca de experiências positivas com o indivíduo, que também é um ser aprendiz.

Cabe ao educador que se torna especialista em inclusão, além de ser mediador do conhecimento, o compromisso em analisar, observar, e acompanhar todo o desenvolvimento e processo de aprendizagem de seus alunos, guiando com sensibilidade e cuidado, se apropriando de todo o conhecimento disponível e recursos - a respeito da educação inclusiva e especial - não se esquecendo que o seu público é composto de seres em construção e constantes mudanças.

A nossa sociedade é formada por uma gama de pessoas diferentes, onde cada pessoa é singular, cada um tem a sua crença, a sua cultura e seus valores. Anormal é achar que na

escola pode ser diferente, quando tratam o trabalho escolar com igualdade, há um pressuposto que diz que somos todos iguais negando assim as nossas diferenças. Para que a inclusão se concretize é necessário repensar a forma com que as escolas estão organizadas e colocar em prática o princípio da educação inclusiva, que é educação para todos. (SILVA; ARRUDA, 2014, p.4)

Sabemos que para uma escola inclusiva por completo e para a sustentação a médio e longo prazo de uma política inclusiva, os professores e demais profissionais da educação devem estar e ser constantemente preparados e comprometidos para tal, e também que são os professores os principais responsáveis pelo êxito dessa proposta, isso porque ele lida diretamente com a pessoa com deficiência, sendo responsável pela boa gestão de materiais e do desenvolvimento do currículo.

O professor diante da educação inclusiva deve ponderar sobre diversos aspectos peculiares de cada criança:

Como com qualquer outro aluno, o professor deverá estar atento ao processo de ensino e aprendizagem, para identificar as necessidades peculiares do aluno com deficiência física.

Crianças com lesões cerebrais às vezes apresentam dificuldades nas funções perceptuais, tais como discriminar cor, forma, número, tamanho, natureza e semelhança de objetos. Neste caso, deve-se acrescentar objetivos educacionais para esse aluno em particular, com os correspondentes conteúdos de estimulação psicomotora.

Crianças que apresentem dificuldades de apreensão de conceitos podem ser auxiliadas nesse processo se o professor planejar o ensino organizando objetos em categorias, enfatizando os aspectos e/ou itens relevantes em um contexto, privilegiando experiências concretas antes de proceder ao estágio abstrato do trato dos símbolos numéricos, por exemplo. No que se refere às atividades de leitura, recomenda-se que esta seja estimulada, respeitada as adequações que se fazem necessárias. A leitura silenciosa, por exemplo, pode se tornar fonte de prazer, estímulo do pensamento criador e via de acesso a ilimitadas oportunidades de experiência pessoal para a criança com grandes dificuldades motoras e de comunicação oral.

A criança que tem grandes dificuldades de desenvolver uma comunicação oral funcional pode ser bastante beneficiada por formas alternativas de comunicação social, tais como: por escrito, através do uso de quadros de conversação (cadernos de signos, livros de comunicação, os quais são cadernos ou livros que contém figuras correspondentes a substantivos,

adjetivos, verbos, advérbios mais comumente utilizados na linguagem coloquial do cotidiano), através do uso de caixas de palavras com figuras, de máquinas de escrever, computador. (NASCIMENTO, 2008, p. 29)

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) afirma que a proposta pedagógica das escolas inclusivas devem procurar se basear na flexibilidade, tanto no planejamento pedagógico como na avaliação, fazendo uso deste último como instrumento de identificação das possíveis barreiras para que o processo educativo se efetive em todas as suas dimensões.

Tanto o currículo como a avaliação devem ser funcionais, buscando meios úteis e práticos para favorecer: o desenvolvimento das competências sociais; o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade; e a inclusão do aluno na sociedade. (BRASIL, 2001, p.58)

Numa escola inclusiva, as propostas e estratégias de ensino devem estar sempre se adequando às necessidades dos alunos, de forma muitas vezes individualizada, que é diferente de ser exclusivo:

Um aluno pode precisar de apoio de imagens ou de objetos concretos para compreender melhor um conceito, por ter surdez ou deficiência intelectual, mas tal adequação pode favorecer a outros que, ao se apoiarem nos suportes oferecidos, passam compreender melhor o que está sendo ensinado. (MARIN; MARETTI, 2014, p.5)

Em se tratando de inclusão escolar, é importante que esse assunto seja abordado em sala de aula para que todos os alunos possam refletir sobre ele, e mesmo que porventura, aja alguma manifestação contrária sobre a inclusão por parte de alunos, família ou outros profissionais, é importante que o professor articule e lidere essas discussões (FUMEGALLI, 2012).

Uma vez que vivemos em uma sociedade modernizada, o professor também poderá utilizar da tecnologia para poder auxiliá-lo na educação inclusiva, por isso:

É importante lembrar que as tecnologias assistivas vão desde uma fita crepe colocada nos cantos do papel para que a folha não escorregue com os movimentos involuntários de um aluno com deficiência motora, a criação de um jogo da

memória com desenhos feitos em relevo (com cola plástica, dentre outras alternativas) até um software adaptado para que os cegos possam ter acesso ao computador. (GIL, 2005, p.57)

A temática avaliação é sempre um ponto importante para a educação inclusiva, a partir do momento em que entendemos para que a mesma serve, eis que ainda é vista e aceita como algo para dar valor ao aluno, e muito pouco para compreender e perceber o processo de aprendizagem e de ensino como um todo.

São diversos os fatores pelo que vimos no decorrer deste trabalho que o professor de educação inclusiva deve se atender para a diversidade de alunos em nossas escolas, Alciatti (2011) afirma que a falta de preparo pedagógico e psicológico dos profissionais para lidar com tantas necessidades individuais dos alunos, ainda mais quando se trata de pessoas com deficiência com comprometimentos graves. O autor afirma ainda que a grande parte dos profissionais concordam que não são questões estruturais, materiais ou de currículo que depende a efetivação do processo de inclusão, e sim no envolvimento de toda a escola e gestores, tornando-se um compromisso político de reestruturação de todo um sistema (ALCIATTI, 2011).

Para garantir essa educação inclusiva que atenda a diversidade, faz-se necessário pensar a prática docente, o papel da família e dos alunos dentro do espaço escolar. Pois, é de suma importância que a escola, professores, pais e alunos também desenvolvam uma relação de respeito e confiança, para que juntos compartilhem a responsabilidade da prática de uma educação inclusiva. É necessário que haja um canal permanente e aberto para a comunicação entre a escola e a família, e vice-versa.

Dentro dessa relação de parceria em prol de uma educação inclusiva de qualidade, temos o professor e o papel que ele desempenha nessa direção como primordial, porém, sempre contando com a colaboração dos demais que estarão envolvidos na vida do aluno, dentro e fora da escola.

Para que o professor possa atuar de forma a promover uma inclusão social na escola e que a mesma sirva como um referencial transformador, é necessário dispor além dos conhecimentos pedagógicos sobre a área especial, este necessita estar

apto e capacitado para acolher os seus alunos de maneira individual, conhecer e reconhecer seu potencial, suas dificuldades, habilidades e acompanhá-los; ensinar valores, atitudes de boa convivência, respeito às regras e afins, sendo capaz de atendê-los em suas necessidades valorizando o aprendizado que nos trás a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, vimos de forma breve a história da inclusão educacional no Brasil, e pudemos assim perceber que os desafios ainda estão presentes, inclusive no dia a dia da sala de aula, no trabalho do professor.

Mesmo que haja leis, pareceres, diretrizes para a orientação dessas instituições, conseguir efetivá-las ainda parece um pouco distante, apesar dos enormes avanços inegáveis já presentes em nossa sociedade moderna.

Nesse sentido, este trabalho aponta para a necessidade de repensar a prática pedagógica sobre a educação inclusiva, a fim de que seja uma ferramenta revolucionária em âmbito educativo, englobando o contexto que o mesmo está inserido, de modo que o conjunto possa oferecer ao aluno: a oportunidade de evoluir como todos os outros, identificando e satisfazendo as suas necessidades; auxiliando na solução de dificuldades, e ao educador: a compreensão do universo do aluno, aproveitando todas as oportunidades para ajudá-lo em seu processo de aprendizagem.

Os obstáculos enfrentados para a inclusão educacional de pessoas com deficiência pode vir de diferentes fatores: a família pode vir a ser um empecilho nesse processo, quando não aceita a forma diferente da criança, e se recusa a procurar por um diagnóstico, e mesmo quando não percebe as potencialidades da pessoa com deficiência; em outros casos pode ser a própria escola, com problemas estruturais, falta de recursos e também a própria dificuldade e negação do professor; que vão desde formação inadequada ou inexistente para lidar com o tema, até falta de materiais, classes superlotadas, falta de apoio da gestão ou interdisciplinar.

Percebemos que falar sobre inclusão é falar sobre formação de professores, um tema tão recorrente dentro dos muros da escola, e esquecido pelos nossos representantes. É necessário termos ciência que a inclusão não é matricular e garantir a frequência da pessoa com deficiência, mas é também garantir que esse possa se desenvolver da melhor maneira possível dentro de suas habilidades, com o intuito de ser um cidadão ativo na sociedade.

Diante do aluno com deficiência, o professor deve rever suas práticas e metodologias, buscando uma séria reflexão sobre o seu perfil de educador e procurando questionar-se diante dos desafios.

O que esse trabalho objetiva é compreender que ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas (e preenchidas de forma que realmente tenhamos soluções eficazes), sendo que a formação do professor é a principal delas, pois é este profissional que diariamente se depara com a realidade escolar, e que por isso deve ser ouvido e compreendido para que possa ser auxiliado na construção da escola inclusiva.

A transformação para uma sociedade livre de preconceitos e capaz de aprender com e junto com a diversidade passa pelo espaço escolar, sendo obrigação de toda a sociedade lutar para que essa seja real e de qualidade para todos os envolvidos, os desafios para o professor são gigantes, e longe de pensar em deixar toda a responsabilidade nas mãos do mesmo, é claro diante desse e de outros trabalhos que o professor é a peça principal para a efetivação do processo de inclusão.

O sonho de melhoria na educação envolve todos os comprometidos com a instituição educacional, exigindo um respeito maior para com os alunos, levando em conta fatores que antes não se faziam importantes: que o aluno é um ser humano pequenino e em constante construção; além do comprometimento dos profissionais na parte pedagógica por serem mediadores do conhecimento - onde o professor deve planejar um ambiente coerente com o universo dos mesmos, com interação mútua, ou seja, um local que seja consideravelmente aconchegante para todos, sem distinção.

A Inclusão Social se aplicada corretamente em comunhão com a educação; pode ser uma ferramenta importante e essencial para o alcance da verdadeira educação de qualidade, capaz de contribuir positivamente para uma educação proximal à realidade que convivemos, transformando nossos alunos em cidadãos pensantes e ativos, prontos para fazer a diferença que tanto almejamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALCIATTI, A. C. **Alunos deficientes em escolas regulares: inclusão ou exclusão.** Monografia apresentada ao curso de especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão, da faculdade UAB/UNB – Pólo de Itapetininga: Brasília, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____**Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MEC/ SEESP, 2001.

_____**Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SECADI, 2014.

FILHO, R. L. B. F. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior – MEC – Brasília: 2000.**

FUMEGALLI, R. C. A. **Inclusão Escolar: O desafio de uma educação para todos.** Monografia apresentada ao curso de especialização em educação inclusiva, da universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ - Ijuí: 2012.

GIL, M. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Brasil, 2005.

GOFFREDO, V. L. F. S. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: Salto para o futuro: **Educação Especial: Tendências atuais**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, 1999. p. 28-31.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** 1º ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MARIN, M. e MARETTI, M. **Ensino Colaborativo: Estratégia de Ensino para a Inclusão Escolar**. I Seminário Internacional de Inclusão Escolar: práticas em diálogo – Universidade do Rio de Janeiro – CAP – UERJ: 2014.

MEC. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. *Adotada pela Conferencia Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, 1994.* Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 08 de Setembro de 2017.

MIRANDA, A. A. B. **História, Deficiência e Educação Especial**. Piracicaba: Unimep, 2003.

NASCIMENTO, R.P. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais** – Trabalho referente ao caderno temático apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE – do Governo do Estado do Paraná: Londrina, 2008.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP, 1984.

SIÉCOLA, M. **Legislação educacional**. 1º ed. – Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2016.

SILVA, A.P.M.; ARRUDA, A.L.M.M. **O papel do professor diante da inclusão escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº1, 2014.

WERNECK, C. **Muito Prazer, Eu Existo**: um livro sobre pessoas com síndrome de Down. Rio de Janeiro: WVA, 2000.